

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.837 - SP (2020/0010984-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A
ADVOGADO : FERNANDO ARIOSTO SOUZA SILVA - SP253871
AGRAVADO : ELEKTRO REDES S.A
ADVOGADOS : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351
VICTOR DE BARROS RODRIGUES - SP153794

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AÇÃO REGRESSIVA PROPOSTA PELA SEGURADORA, NA CONDIÇÃO DE SUB-ROGADA DANOS MATERIAIS AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE OS DANOS SOFRIDOS PELA SEGURADA E A ALEGADA FALHA NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE DEVE SER ALTERADA.

Recurso provido. (fl. 318).

Quanto à controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 373, II, do CPC e divergência jurisprudencial, aduzindo que a recorrida não se desincumbiu de seu ônus probatório, trazendo os seguintes argumentos:

21. - À vista disso Srs. Ministros, deve-se destacar que o v.Acórdão negou vigência ao artigo 373, inciso II do CPC, o qual dispõe sobre o ônus probatório do réu

[...]

22. - Isto, pois, conforme já mencionado, a Recorrida é prestadora de serviço público, que atua como concessionária de energia elétrica, portanto, com fulcro no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, responde objetivamente pelos danos causados em decorrência de falha na prestação de serviço, independente de culpa.

23. - Neste sentido, ante a responsabilidade objetiva da Recorrida, esta Recorrente colacionou aos autos Laudos Técnicos elaborados por empresas distintas, nos quais ficaram claramente demonstrados/informados sobre os danos causados aos aparelhos elétricos segurados, os foram danificados em decorrência de descargas elétricas (raios).

24. - Por outro lado, a Recorrida enquanto responsável objetivamente

pelo fornecimento do serviço nos termos da Carta Magna, deixou de demonstrar/apresentar prova em sentido contrário, não tendo se desincumbindo de seu ônus probatório.

25. – A Recorrida se bastou em alegar em fl. 259 que na data citada, “ não houve qualquer anomalia ou suspensão na rede elétrica que atende a unidade consumidora do segurado ”

[...]

26. – Ora, se era “ tão evidente ” que o sistema da Recorrida não registrou qualquer anomalia ou suspensão na rede elétrica nas unidades consumidoras na data do sinistro, deveria a Recorrida, no mínimo, ter juntado aos autos documentos nesse sentido, quiçá um print de tela demonstrando o alegado.

27. – Entretanto, a Recorrida em momento algum nos autos, se incumbiu de seu ônus probatório, vez que não juntou aos autos MÍNIMA documentação capaz de demonstrar a existência de fato modificativo do direito do Autor, tal como assim lhe obriga o artigo 373, inciso II do Código de Processo Civil.

[...]

29. – Vejam Srs. Ministros, não se trata de reanálise da prova por si só, e sim de error in iudicando, proveniente de equívoco na valoração das provas nestes autos.

30. - Isto, pois, o v. Acórdão concluiu que as provas desta Recorrente não teriam sido suficientes para comprovar o nexo de causalidade entre os danos sofridos e a oscilação/descarga elétrica na rede de disponibilidade da Recorrida, modificando a decisão do magistrado de piso, o qual, ao contrário, concluiu pela inequívoca existência de nexo de causalidade extraído dos Laudos Técnicos de fls.99/116.

31. – O que denota-se, então, de forma muito cristalina, é que o v.Acórdão concluiu que o ônus pela desconstituição dos Laudos Técnicos conclusivos e precisos sobre ocorrência de descarga elétricas seria da própria Recorrida!!

32. – Ora, se dois Laudos Técnicos conclusivos e elaborados por empresas diferentes não bastam para comprovação do mínimo liame causal entre o dano e a responsabilidade do agente público, o que mais seria crível?

33. – Além disso, se a Recorrente nitidamente produziu suas provas, as quais inclusive foram confirmadas em sentença, não resta evidente que o ônus probatório seria da Recorrida? Isto, pois, esta é a essência do artigo 373, inciso II do Código de Processo Civil (“quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”).

34. – Nesta batuta, resta evidente que o v.Acórdão negou vigência ao artigo 373, inciso II do Código de Processo Civil, vez que a Recorrida não se incumbiu de seu ônus probatório, o qual era medida rigor, ante sua responsabilidade objetiva e com base nos documentos juntado aos autos pela Recorrente. (fls. 396/400).

É o relatório. Decido.

Na espécie, quanto à alínea "a", incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o

reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à distribuição do ônus probatório das partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, no que diz respeito ao ônus da prova, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes (AgInt no AREsp 1.190.608/PI, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24/4/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 916.627/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17/10/2016; AgInt no AREsp 1.433.206/PR, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 25/6/2019; AgInt no AREsp 1.374.426/MS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 22/3/2019.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente